

REVISTA BRASILEIRA DA

Habitação



ANO 3 • Nº 4 • DEZEMBRO/2011

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CÖHABS E AGENTES PÖBLICOS DE HABITAÇÃO E
FÖRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Perspectivas 2012:

668 MIL NOVAS CASAS EM CONSTRUÇÃO

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: CNJ BUSCA
PADRONIZAÇÃO DE NORMAS CARTORÁRIAS

ESTADOS E MUNICÍPIOS TERÃO
PLANOS HABITACIONAIS

COHABS FORTALECIDAS

BB FINANCIARÁ PMCMV

INVESTIMENTO EM
HABITAÇÃO DEVERÁ
CHEGAR A 55,2 BILHÖES
DE REAIS ATÉ 2014

ENTREVISTA | **Miriam Belchior**

Ministra do Planejamento faz balanço do PAC



Núcleos Urbanos
CAPITAL DE PAÍS

EXCELSIOR HABITAÇÃO

PROTEÇÃO DA FUNDAÇÃO DO IMÓVEL AO SORRISO DO COMPRADOR.



O sucesso de um empreendimento imobiliário depende de um bom projeto, de investidores, de compradores e de financiadores. Mais do que tudo isso, é fundamental a tranquilidade de todos os participantes do processo.

Seguro Habitação em Apólice de Mercado

Proteção às famílias dos adquirentes de imóveis | Qualidade da construção | Tranquilidade para o financiador e o investidor | Garantias para o construtor.

Produto titulado, que oferece através de apólice única várias coberturas, que podem ser customizadas.

- Danos físicos no imóvel
- Vida e invalidez permanente
- Responsabilidade civil do construtor
- Invalidez temporária
- Auxílio funeral
- Risco de engenharia
- Garantia de desempenho, de qualidade e de prazo

EXCELSIOR SEGUROS

DESDE 1943

www.excelsiorseguros.com.br
excelsior@excelsiorseguros.com.br

- 12** 1,34 milhão de moradias já contratadas pelo PMCMV
- 14** As Cohabs se fortalecem
- 15** Pequenos municípios terão 220 mil moradias
- 18** Padronização de normas cartorárias facilitará processo de regularização fundiária
- 20** Planos habitacionais favorecem o planejamento urbano
- 22** As metas do BB no Minha Casa, Minha Vida



24

CASOS DE SUCESSO

Iniciativas que beneficiam a população de estados e municípios

ENTREVISTA | 9

MINISTRA MIRIAM BELCHIOR

O PAC 2 investirá R\$ 955 bilhões no período entre 2011 e 2014



EDITORIAL 4

Moradia digna para todos: a luta se fortalece

ARTIGO 8

Sistemas construtivos inovadores poderão agilizar produção habitacional



REVISTA BRASILEIRA DA
Habitação

ANO 3 • Nº 4 • DEZEMBRO/2011

ISSN 2176-5693

A REVISTA BRASILEIRA DA HABITAÇÃO
É UMA PUBLICAÇÃO DA ABC E DO FNSH DU

SCN Quadra 1, Bloco E, Edifício Central Park, 1907, CEP 70711-903, Brasília/DF, Telefone: (61) 3327.2003, Fax: (61) 3327.2006, contato: revista@abconline.org.br

EXPEDIENTE – Coordenação editorial: **Nelson Nicolau Szwec** • Jornalista responsável: **Caiti Tainá Skroch** (MTB 6413/PR) • Reportagem: **Edson Lima** • Colaboração: **Cecilia Parlato** • Projeto Gráfico e Diagramação: **Grifo Design** • Revisão: **Denise Goulart** • Fotos: **Divulgação ABC e Assessorias dos Projetos, Ministério do Planejamento, Caixa Econômica Federal** • Impressão: **Gráfica Athalaia** • Tiragem: **15 mil exemplares**. Distribuição gratuita para todos os estados e municípios brasileiros.

DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COHABS E AGENTES PÚBLICOS DE HABITAÇÃO (ABC)

Presidente: **Mounir Chaowiche** (Cohapar/PR) • Vice-presidente Administrativo e Financeiro: **Helio Hamilton Vieira Junior** (Cohab/Santos) • Vice-presidente de Programas Habitacionais e Arranjos Institucionais: **Emilia Correia Lima** (Cehap/PB) • Vice-presidente de Desenvolvimento Social: **Bruno Feitosa Barboza** (Cehab/RJ) • Vice-presidente de Desenvolvimento Tecnológico: **Octacilio Machado** (Cohab/MG) • Vice-presidente para Assuntos do Sistema Financeiro de Habitação: **Edson Bastos Gasparini Júnior** (Cohab Bauru/SP) • Diretor Regional Norte: **Carlos A. Santiago** (Cohab/AC) • Diretor Adjunto Regional Norte: **Sidney Robertson Oliveira de Paula** (Suhab/AM) • Diretor Regional Nordeste: **Gilberto Medeiros** (ADH/PI) • Diretor Adjunto Regional Nordeste: **José Guilherme de Almeida Barbosa** (SMHS João Pessoa/PB) • Diretor Regional Centro-Oeste: **Edson Machado Monteiro** (Codhab/DF) • Diretor Adjunto Regional Centro-Oeste: **Paulo Matos de Oliveira** (EMHA Campo Grande/MS) • Diretor Regional Sudeste: **Antônio Carlos do Amaral Filho** (CDHU/SP) • Diretor Adjunto Regional Sudeste: **Aristeu Bento de Souza** (Cohab Campinas/SP) • Diretor Regional Sul: **Humberto Ciulla Goulart** (Demhab Porto Alegre/RS) • Direto Adjunto Regional Sul: **João Alberto Verçosa** (Cohab Londrina/PR) • CONSELHO FISCAL • Presidente: **Ibson Gabriel Martins de Campos** (Cohab Curitiba/PR) • Membros: **Maria das Graças Soares** (Previ Niterói/RJ) • **Hélio José da Silva Filho** (Agehab/GO).

DIRETORIA DO FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO (FNSH DU)

Presidente: **Carlos Eduardo Xavier Marun** (MS) • 1º Vice-presidente: **Cícero de Carvalho Monteiro** (BA) • 2º Vice-presidente: **Sílvio Torres** (SP) • Secretário Geral: **Olavo Bilac Pinto Neto** (MG) • 2º Secretário: **Marco Antonio Fireman** (AL) • Diretor Regional Norte: **Marcio Godói Spindola** (PA) • Diretor Regional Nordeste: **Danilo Jorge de Barros Cabral** (PE) • Diretor Adjunto Regional Nordeste: **Camilo Santana** (CE) • Diretor Regional Centro-Oeste: **Geraldo Magela** (DF) • Diretor Adjunto Regional Centro-Oeste: **Ernandy Maurício Baracat Arruda** (MT) • Diretor Regional Sudeste: **Iranilson Casado Pontes** (ES) • Diretor Regional Sul: **Marcel Frison** (RS) • Diretor Adjunto Regional Sul: **Cássio Taniguchi** (PR).

A luta pela moradia digna se fortalece

Mounir Chaowiche

Presidente da Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação



2011 foi um ano muito produtivo e de muitas expectativas para a habitação popular no Brasil.

Avançamos na luta para resgatar a dignidade de famílias que vivem em condições sub-humanas.

E o papel da Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação e do Fórum Nacional de Secretários de Habitação e Desenvolvimento Urbano foi fundamental. Realizamos diversos encontros técnicos e conseguimos envolver todos os estados e mais de 100 municípios do Brasil em proveitosos debates com as autoridades do Governo Federal em um rico processo de troca de experiências.

Graças à ampliação e qualificação dos debates, podemos fortalecer e mostrar a importância do diálogo e das parcerias entre os entes federados e o papel protagonista das Companhias de Habitação e dos demais agentes públicos de estados e municípios nesse novo momento da moradia popular no Brasil, sempre na perspectiva de combater o déficit habitacional nos seus aspectos quantitativo e qualitativo.

Com uma ABC forte e atuante, podemos interagir cada vez mais positivamente com o Ministério das Cidades, com a Caixa Econômica Federal e com outros parceiros para atender às demandas locais.

Desejamos que 2012 seja um ano de muito trabalho e que possamos contribuir para que mais famílias deixem a beira dos rios, os barracos de lona e as encostas de morros, se livrem do aluguel e passem a viver com dignidade em bairros providos de toda a infraestrutura urbana e social com espaço para as crianças crescerem saudáveis.

Agradecemos a todos que participaram desse processo, pelas ideias e conquistas. Façam parte da ABC e nos ajudem a construir uma sociedade mais justa, com moradia digna para todos.



“Não adianta apenas darmos uma casa nova para as pessoas, temos que prepará-las para a nova vida. As companhias de habitação têm um papel fundamental neste processo e acreditamos que trabalhando juntos alcançaremos nossos objetivos. Vamos buscar sempre novas possibilidades para que possamos construir cada vez mais, sempre juntos, oferecendo qualidade, potencializando recursos e atendendo mais famílias. Trabalhar com a ABC e com as companhias de habitação está dando certo e a Caixa pretende ampliar ainda mais esta parceria. É bom estar sempre junto de todos os entes que lutam pela moradia popular de qualidade. Nossas experiências têm sido positivas e esperamos trabalhar ainda mais alinhados para acabar com o déficit habitacional”.

José Urbano Duarte

Vice-presidente de Governo da Caixa Econômica Federal

“A proposta do Governo Federal é colocar a habitação na agenda dos municípios e os governos estaduais têm o papel de contribuir com as cidades, principalmente as pequenas, que ainda sofrem com a falta de estrutura para desenvolver projetos de qualidade. Temos clara a questão das parcerias, pois sozinhos não conseguimos nada”.



Inês Magalhães

Secretária Nacional de Habitação



“Vivemos um momento histórico para a habitação de interesse social no Brasil, com um volume de investimento de grandes proporções. Temos que fortalecer cada vez mais os órgãos públicos e a nossa organização na ABC e no Fórum de Secretários para que mais famílias possam ter cidadania com moradia digna, em local seguro. Tivemos um ano muito positivo, ampliamos o diálogo com o Ministério das Cidades e com a Caixa Econômica Federal, que são parcerias fundamentais para implantarmos cada vez mais projetos habitacionais em todo o país”.

Mounir Chaowiche

Presidente da ABC e da Companhia de Habitação do Paraná

“Junto com a ABC, mostramos ao Ministério das Cidades que as cidades com menos de 50 mil habitantes precisam muito de casa própria e vencemos a batalha com a inclusão destes municípios no programa Minha Casa, Minha Vida. Estamos tendo uma oportunidade única de participar deste processo como parceiros e acreditamos que podemos contribuir muito mais”.



Carlos Xavier Marun

Presidente do FNSH DU



“A participação ativa da ABC é fundamental para o bom andamento do programa Minha Casa, Minha Vida. Os agentes públicos de habitação devem ser o braço direito dos governos estadual e municipal na implementação das políticas públicas. Contamos com o apoio de todos para que a população ganhe qualidade de vida”.

Maria do Carmo Avesani

Diretora do Departamento de Produção Habitacional da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades

NOVOS MEMBROS DA DIRETORIA DA ABC



Durante o encontro realizado em Brasília, em dezembro, foram eleitos os novos membros da diretoria da ABC:

Vice-presidente de Desenvolvimento Social, Bruno Feitosa Barbosa, Vice-presidente da Cehab do Rio de Janeiro; Diretor da Região Sudeste, Antônio Carlos do Amaral Júnior, Presidente da CDHU de São Paulo, e Diretor Adjunto da Região Sudeste, Aristeu Bento de Souza, Diretor Jurídico Comercial da Cohab Campinas. O novo Presidente do Conselho Fiscal é Ibson Campos, presidente da Cohab Curitiba.

PAVIMENTAÇÃO BÁSICA

A ABC e o FNSHDU deram importante contribuição à regulamentação do PMCMV 2, propondo a mudança da norma que tornava obrigatória a pavimentação definitiva e de acesso, redes de águas pluviais, guias, sarjetas e calçadas em todos os empreendimentos. Atendendo à reivindicação dessas entidades, o Ministério das Cidades e a Caixa excluíram dessa obrigação os empreendimentos habitacionais nos municípios com até 50 mil habitantes que forem construídos com a participação do poder público estadual e/ou municipal.

Com a alteração na norma, nesses empreendimentos serão admitidas as soluções de pavimentação básica. A antiga regra representava um entrave ao programa nos pequenos municípios, pois em muitos municípios apenas pequena parte das vias possui pavimentação definitiva.

Reuniões discutem seguro habitacional e administração de contratos

A cidade de São Paulo sediou o encontro das Cohabs brasileiras para discutir a administração de contratos do Sistema Financeiro de Habitação, que contou com a participação de representantes de vinte instituições, dez estados da federação e sete municípios, além de expositores da Superintendência Nacional de Fundos e Seguros e da Centralizadora Nacional da Caixa Econômica Federal.

Também foram discutidas questões relacionadas ao Seguro Habitacional com advogados e técnicos da Cohab/BU, Niterói Previ, Cohab/RP e Governo

RN para subsidiar a posição da ABC na votação de matéria no Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variação Salarial (CC-FCVS). Dentre outros aspectos, a ABC defende o prazo de prescrição de 20 anos para as operações contratadas na apólice do Sistema Financeiro de Habitação até 10 de janeiro de 2001 e de 10 anos para as contratações posteriores e defende também que os mutuários do SFH com mais de um financiamento tenham o mesmo direito em relação ao FCVS, desde que tenham pago as suas contribuições a esse fundo, o que atualmente não vem ocorrendo.



Para IPEA, Brasil precisa construir 7,9 milhões de moradias

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgou pesquisa que revela um déficit habitacional de 7,9 milhões de moradias no Brasil, o que representa 14,9% do total de domicílios. Do total, 6,4 milhões deveriam ser criadas nas áreas urbanas e 1,5 milhão nas áreas rurais. As regiões Sudeste e Nordeste concentram, em valores absolutos, a maior demanda por domicílios, com um déficit de 2,9 e 2,7 milhões, respectivamente.

De acordo com o Ministério das Cidades, o objetivo é zerar esse déficit até 2023 por meio de estímulos ao planejamento municipal e estadual e de reconhecimento da importância da produção social da moradia. Entre 2002 e 2009, houve um crescimento de 785% no investimento habitacional, passando de R\$ 7 bilhões para R\$ 62 bilhões.



ABC e FNSH DU na 9ª Bienal de Arquitetura

O presidente da ABC, Mounir Chaowiche, e o presidente do Fórum Nacional de Secretários de Habitação e Desenvolvimento Urbano, Carlos Xavier Marun, participaram do painel “Parcerias entre estados e municípios para a implementação do PAC e PMCMV”, que aconteceu durante a 9ª Bienal de Arquitetura, em São Paulo, no dia 25 de novembro.

A mesa foi coordenada pela Secretária Nacional de Habitação, Inês Magalhães, e contou também com a participação do Secretário de Habitação do Estado de São Paulo, Silvio Torres, e do Secretário de Habitação do município do Rio de Janeiro, Jorge Bitar.

Encontros regionais

A ABC promoveu durante o mês de novembro quatro encontros regionais com as companhias habitacionais de todo o Brasil. No total, 26 entidades participaram do processo podendo trocar experiências e apresentar o trabalho que estão realizando para combater o déficit habitacional para a população de baixa renda nos seus estados e municípios. Os encontros foram realizados nas cidades de São Paulo, Curitiba, João Pessoa e Brasília.



CN MENEZES
E N G E N H A R I A

ÁREA DE ATUAÇÃO:

- CASAS
- PRÉDIOS
- CASAS POPULARES
- EDIFICAÇÕES INDUSTRIAIS

Avaliação e utilização de sistemas construtivos com tecnologias alternativas na produção habitacional

Maria Salette de Carvalho Weber e José Alberto Naves Cocota Júnior

Coordenadora Geral e Engenheiro do PBQP-H

EM TRÊS ANOS DE OPERAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO TÉCNICA (SiNAT) DE PRODUTOS INOVADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DO PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT (PBQP-H), VINCULADO À SECRETARIA NACIONAL DA HABITAÇÃO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, APROXIMADAMENTE 50.000 UNIDADES HABITACIONAIS QUE UTILIZAM SISTEMAS CONSTRUTIVOS INOVADORES FORAM AUTORIZADAS PELA CAIXA.

O escopo do SiNAT pode ser sintetizado na harmonização de procedimentos para a avaliação de novos produtos para a construção, quando não existem normas técnicas prescritivas. Os procedimentos são necessários para assegurar que os aspectos relevantes ao comportamento do produto em uso sejam considerados no processo de avaliação.

Os critérios e métodos para a avaliação de um sistema inovador são harmonizados e definidos em uma diretriz. A análise com base no desempenho busca avaliar o desempenho estrutural, durabilidade, manutenibilidade, segurança contra incêndio, desempenho térmico e acústico.

Um vez publicada a diretriz, o proponente pode solicitar a avaliação do sistema em uma Instituição Técnica Avaliadora (ITA), e assim obter um Documento de Avaliação Técnica (DATEc) após aprovação do documento pela Comissão Nacional do SiNAT, em que contamos com a participação da ABC. Com isso, a empresa que obtém o DATEc transmite maior segurança aos agentes financeiros, para o emprego da tecnologia inovadora.

Existem publicadas cinco diretrizes que permitem a avaliação dos sistemas em paredes de concre-

to armado moldadas no local, painéis estruturais pré-moldados, paredes de concreto com forma de PVC incorporada, *steel frame* e *wood frame*.

Atualmente, 92 sistemas construtivos estão em avaliação no âmbito do SiNAT, sendo que, destes, os mais representativos são os sistemas construtivos de paredes de concreto, com 36 sistemas em avaliação, e o de painéis estruturais pré-moldados, com 24 sistemas em avaliação. O primeiro DATEc publicado foi de um sistema em paredes de concreto armado moldadas no local, aprovado em julho de 2009, e renovado em agosto de 2011.

As avaliações são divididas em duas etapas. Na primeira etapa, a ITA conduz a avaliação de projeto e a realização de ensaios, a partir dos critérios e métodos definidos na diretriz, para a emissão de um Relatório Técnico de Avaliação (RTA). Na segunda etapa são realizadas auditorias para a verificação dos procedimentos de controle da qualidade no processo produtivo. Por fim, é elaborado um DATEc para ser apreciado pelos colegiados do SiNAT.

Espera-se que um maior número de sistemas construtivos inovadores seja aprovado em 2012, contribuindo com o aumento da industrialização do setor da construção civil do país, para que sejam alcançadas as metas estabelecidas pelo Governo Federal para os programas habitacionais, especialmente o Programa Minha Casa, Minha Vida. Entre os desafios a serem superados está a simplificação dos procedimentos técnicos e operacionais na produção da habitação. Neste cenário, o emprego de sistemas com tecnologias alternativas poderá contribuir com a produção em escala, na redução do prazo de execução da obra e do desperdício de material, resultando em um menor custo e menor impacto ambiental.



Miriam Belchior

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

A MINISTRA MIRIAM BELCHIOR TEM VASTA EXPERIÊNCIA NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, JÁ EXERCEU OS CARGOS DE SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTO ANDRÉ, FOI PROFESSORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO MARCOS E DA FUNDAÇÃO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA, INTEGROU A EQUIPE DE TRANSIÇÃO DO GOVERNO LULA, ASSUMIU A SECRETARIA EXECUTIVA DO PAC. EM ABRIL DE 2010 TORNOU-SE COORDENADORA GERAL DO PAC E, EM 1º DE JANEIRO DE 2011, FOI NOMEADA PELA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF PARA O CARGO DE MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.

Em entrevista à Revista Brasileira de Habitação, Miriam Belchior falou sobre o Programa de Aceleração do Crescimento, como foram os resultados da primeira etapa e o que se espera para o ano de 2012 com relação aos investimentos. O PAC 2 representará um investimento de R\$ 955 bilhões entre 2011 e 2014, sendo que para a habitação há a previsão de construção de 2 milhões de unidades. A ministra ainda reafirmou o compromisso com o desenvolvimento econômico e com o combate às desigualdades, permitindo a inclusão social e a distribuição de renda e da riqueza.

REVISTA BRASILEIRA DA HABITAÇÃO – Em sua opinião, em que medida o PAC contribuiu e está contribuindo para o crescimento do Brasil e para o resgate da dívida social da população de baixa renda?

MIRIAM BELCHIOR – Desde o seu lançamento, o PAC vem consolidando-se como um dos pilares a permitir o crescimento sustentável da economia brasileira em velocidade muito superior ao registrado no início da década. Se, entre 2000 e 2003, o PIB brasileiro expandiu-se com média anual de 2,4%, essa taxa subiu para 4,6% entre 2007 e 2010 – ainda que, no final da década, a economia mundial estivesse atravessando a pior crise financeira dos últimos oitenta anos. Essas cifras colocam o Brasil, atualmente, no rol dos países emergentes dinâmicos do sistema internacional, ao lado da China, da Índia e de outras economias que respondem pela maior parte do dinamismo econômico global.

RBH – E quanto aos próximos anos?

MB – As perspectivas para os próximos anos seguem favoráveis. Há significativas oportunidades de inversões para reforçar nossa infraestrutura, como destacado no lançamento da segunda fase do PAC, em que foi reafirmado o compromisso com o planejamento/desenvolvimento econômico e com o combate às desigualdades, e enfatizado o eixo de infraestrutura social-urbana.

criar condições para o Brasil ter um patamar de crescimento de 4,5% de 2011 a 2014. Na primeira etapa, tínhamos uma previsão de investimentos de R\$ 657 bilhões e, agora, estamos com R\$ 955 bilhões.

Uma das principais dificuldades do PAC 1 que podemos destacar foi que a estrutura dos órgãos executores, o Governo Federal e as empresas não estavam preparados para esse patamar de crescimento estimulado pelo Programa, desde os órgãos federais que não

MB – Dos R\$ 955 bilhões previstos para o PAC 2, já foram executados R\$ 143,6 bilhões. A execução até 30 de setembro de 2011 representa 15% da prevista para o período. Desse total, R\$ 55,2 bilhões correspondem ao financiamento habitacional, R\$ 41,4 bilhões ao executado pelas estatais, R\$ 25,6 bilhões ao setor privado e R\$ 13,2 bilhões ao OGU Fiscal e Seguridade. Os valores restantes referem-se ao Programa Minha Casa, Minha Vida, R\$ 5,4 bilhões; financiamento ao setor público, R\$ 2 bilhões; e contrapartidas de estados e municípios, R\$ 700 milhões.

RBH – Quais são os principais projetos?

MB – Os investimentos do PAC 2 estão organizados em seis diferentes eixos que compõem e organizam o programa. São eles: Transportes; Energia; Cidade Melhor; Comunidade Cidadã; Minha Casa, Minha Vida e Água e Luz para Todos.

Em Transportes, temos a ferrovia de integração Oeste-Leste, que sai de Ilhéus (BA) e vai encontrar a ferrovia Norte-Sul. Temos ainda a ferrovia de integração do Centro-Oeste que corta os estados de Goiás e Mato Grosso. São os dois novos eixos ferroviários. Na parte rodoviária, teremos a continuidade da rodovia BR 101 do Nordeste passando por Alagoas, Sergipe e Bahia e fazendo a ligação de todo o Nordeste.

Para portos, uma grande marca do PAC 1 foi o Programa Nacional de Dragagem. Esse programa teve início no PAC 1 e continua no PAC 2. Na área de hidrovias, temos a do Tietê no estado de São Paulo como destaque no PAC 2.

Na área aeroportuária, destacamos o avanço do governo na questão das concessões. Tivemos a concessão do primeiro aeroporto, de São Gonçalo do Amarante (RN), e outros três aeroportos

"O PAC É UM EXERCÍCIO CONSTANTE DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO, COORDENAÇÃO DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS ENTRE SI E EM PARCERIA COM O SETOR PRIVADO, ESTADOS E MUNICÍPIOS."

A economia brasileira apresenta fundamentos sólidos e está preparada para manter o atual momento de crescimento sustentável. Diferentemente dos ciclos anteriores de crescimento, a conjuntura atual não apresenta desequilíbrios fiscais e/ou externos relevantes. Além disso, a estratégia atual permite a inclusão social e a distribuição da renda e da riqueza, à diferença dos modelos anteriores. O PAC é componente central dessa estratégia.

RBH – Como a senhora avalia a execução do PAC 1? Quais as principais dificuldades e o montante de recursos?

MB – Nos governos anteriores, o crescimento e o investimento do Estado eram muito baixos, queremos

tinham equipe e estrutura até as próprias empresas executoras que tiveram que remodelar seu quadro de pessoal e seus equipamentos. Só como exemplo, nós criamos no Governo Federal uma carreira específica para a execução do PAC. São os analistas de infraestrutura. Uma carreira composta basicamente por engenheiros que trabalham nos ministérios que estão executando o programa.

O Governo Federal teve que reaprender a contratar, monitorar e executar obras. E as empresas tiveram que se reestruturar para viver isso. É uma dificuldade natural de mudança de patamar de investimentos.

RBH – Qual o volume de recursos previsto e quais são as principais fontes?

"UMA DAS PRINCIPAIS DIFICULDADES DO PAC 1 QUE PODEMOS DESTACAR FOI QUE A ESTRUTURA DOS ÓRGÃOS EXECUTORES, O GOVERNO FEDERAL E AS EMPRESAS NÃO ESTAVAM PREPARADOS PARA ESSE PATAMAR DE CRESCIMENTO ESTIMULADO PELO PROGRAMA."

serão concedidos: Brasília, Guarulhos e Viracopos.

Na área de Energia, o grande destaque do PAC 2 é a hidrelétrica Belo Monte. É um grande desafio. Fazer grandes obras respeitando os conceitos de sustentabilidade, de equilíbrio ecológico.

Teremos também grandes refinarias, como a Premium 1 no Ceará, a Premium 2 no Maranhão, a refinaria de Abreu e Lima, o complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. Refino e petroquímica são áreas de investimentos pesados.

É importante destacar no PAC 2 a questão dos fertilizantes. O Brasil ainda é bastante dependente da importação de fertilizantes e teremos três novas unidades de fertilizantes em três estados: Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo.

Continuaremos com a revitalização da indústria naval com novos estaleiros, novas plataformas e navios para transporte de petróleo.

A área social é a que terá o maior crescimento em termos de recursos. O aumento será de 50%. Nesta área entram Educação, com a construção de creches e quadras escolares; Saúde, com as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e Unidades Básicas de Saúde (UBS); e Praças dos Esportes e da Cultura. Além disso, o PAC 2 incluiu o Programa Minha Casa, Minha Vida 2, com sua ampliação para a construção de 2 milhões de unidades habitacionais e o Programa Luz para Todos que tem a meta de 813 mil ligações.

RBH – Como o mercado de trabalho reagiu à implantação do PAC?

MB – O mercado tem se comportado de maneira particularmente positiva, alinhado com as prioridades do Governo Federal. Em 2010, criaram-se mais de 2,8 milhões de postos formais de trabalho, valor recorde para a economia brasileira. Nos primeiros seis meses de 2011, por sua vez, mais de 1,2 milhão de postos formais foram gerados, resultando em taxas de desemprego da ordem de 6,2% em junho, bem abaixo dos registrados nos anos anteriores nesse mesmo mês.

RBH – Como a senhora avalia a participação dos estados e dos municípios nas parcerias do PAC?

MB – O PAC é um exercício constante de modernização da gestão, coordenação dos órgãos públicos entre si e em parceria com o setor privado, estados e municípios. Como aprendizado no PAC nestes primeiros anos, o Governo Federal, teve que se adaptar e retirar uma série de amarras que estavam colocadas apenas para evitar que investimentos fossem feitos. Amarras institucionais que tiveram que ser desmontadas durante os quatro primeiros anos, ao mesmo tempo em que estávamos desenvolvendo as obras do PAC.

Da mesma maneira, para estados e municípios, que são responsáveis por parte das obras do PAC, foi um reaprendizado, já que também tiveram que fazer projetos que eles não tinham, montar



equipes e gerar capacidade que não dispunham para poder executar essas obras. O setor privado também teve que se adaptar a um novo momento no qual o número de obras cresceu muito e as exigências de produtividade também.

Na articulação com os estados e municípios, fizemos algumas inovações com o PAC. A primeira delas foi o processo de seleção, em que os municípios se inscreviam, e os estados também, e nós fazíamos uma discussão sobre as prioridades, em reuniões presenciais em Brasília, para discutir o que era projeto, o que era estratégico, o que tinha âmbito regional, o que a gente priorizava exatamente pelo âmbito de atuação do projeto.

No momento de monitoramento, começamos a fazer videoconferências para saber se o projeto foi entregue, e se não foi, qual o problema. Criamos, ainda, o GGI (Grupo de Gestão Integrada), que faz reunião mensal no estado para verificar o que está acontecendo, quais são os problemas, como resolvê-los. Esses foram mecanismos que introduzimos para poder acompanhar mais de perto.



No dia primeiro de dezembro, a ABC e o FNSH DU realizaram, em Brasília, o último encontro de 2011. Representantes de 19 estados debateram com o Vice-presidente de Governo da Caixa, José Urbano Duarte, e com a Diretora de Programas Habitacionais do Ministério das Cidades, Maria do Carmo Avesani, a importância do papel das companhias habitacionais no PMCMV e conheceram o balanço da Caixa sobre a produção e contratação de moradias no ano

Milhares de famílias já foram beneficiadas com o Programa Minha Casa, Minha Vida

Quase meio milhão de casas já foram ocupadas por famílias beneficiadas com o Programa Minha Casa, Minha Vida

“O Programa Minha Casa, Minha Vida foi lançado em 2009 com o objetivo de diminuir o déficit habitacional existente no país, oferecer moradias dignas para as famílias com renda de até 10 salários mínimos, além de realizar a regularização fundiária de assentamentos informais urbanos”.

“O sucesso do programa gerou uma segunda etapa, com o dobro da meta de contratações, passando dos iniciais um milhão para dois milhões de moradias até dezembro de 2014. E com prioridades para os trabalhadores com renda familiar de até R\$ 1.600, que representará 60% das contratações. Essa faixa recebe um subsídio maior do governo, podendo chegar ao valor de R\$ 25 mil.”

As afirmações são do Vice-presidente de Governo da Caixa Econômica Federal, José Urbano Duarte, que acredita que a meta de 2 milhões de unidades habitacionais até 2014 será alcançada. Ele afirmou que somando as duas etapas do programa já foram contratadas 1,34 milhão de unidades, o que representa mais de 40% da meta.

As contratações em 2011 seguiram o ritmo esperado, segundo Urbano, sendo que até o final de novembro haviam sido contratadas 335 mil unidades, e a estimativa era de que até 31 de dezembro o número chegasse a 400 mil unidades.

“O Brasil mudou de patamar. Foram contratadas 335 mil casas em

apenas um programa, mas se somar as linhas do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e da Aquisição de Imóvel Residencial Usado, além do Minha Casa, Minha Vida, fecharemos o ano com mais de um milhão de operações”, destacou Urbano.

Outro dado apresentado pelo Vice-presidente de Governo da Caixa foi a quantidade de famílias que já estão morando nas unidades. São 478 mil famílias que já receberam as chaves e estão desfrutando as vantagens da casa própria, o que representa 35% do total de contratações até novembro.

Obras

O Brasil todo está com cara de novo. As obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a preparação para os grandes eventos que o país sediará têm transformado a paisagem em todo o Brasil. O sonho da casa própria também está mais perto de se tornar realidade para milhares de famílias.

De acordo com Urbano, atualmente são 668 mil moradias em construção, sendo que 100 mil estão em fase inicial. “Essa regularidade nas obras, desde que o Programa Minha Casa, Minha Vida foi implantado, é importante para a dinâmica da economia nos municípios. Além de promover a habitação com dignidade aos brasileiros, as obras que estão em andamento mantêm estável a curva de contratações, gerando emprego e renda nos municípios”.

Cohabs podem ajudar na regularização

Apesar do ritmo de contratações e execuções dentro do previsto, a entrega de diversas casas está sendo dificultada devido aos problemas com documentação. São 174 mil imóveis prontos aguardando a regulamentação dos papéis.

Para Urbano, a parceria com as Cohabs pode beneficiar a celeridade do processo, articulando para que as pendências documentais sejam resolvidas. “Está demorando muito a expedição de Habite-se, não somente pelo processo da prefeitura, mas por problemas como a instalação de energia elétrica e água. As Cohabs podem ajudar nessa fase de entrega das casas”, destacou.

“A CAIXA ESTÁ COM UMA DINÂMICA BOA, ONDE TODOS OS ENVOLVIDOS SE ARTICULAM MELHOR, DANDO MAIS RAPIDEZ AO PROCESSO.”

Processo

A experiência da Caixa Econômica Federal com a primeira fase do Programa Minha Casa, Minha Vida revelou algumas dificuldades no processo que foram solucionadas e trouxeram mais agilidade para a segunda fase do programa.

“A Caixa está com uma dinâmica boa, onde todos os envolvidos se articulam melhor, dando mais rapidez ao processo. O ritmo será acentuado em dezembro e começo de 2012, principalmente para as famílias com renda familiar até R\$ 1.600”, destacou Urbano.

O investimento da Caixa com a assistência técnica aos municípios será ampliado. Serão contratados 1,5 mil engenheiros técnicos que irão visitar os municípios. Para as cidades com mais de 100 mil habitantes, a Caixa irá colocar um representante para auxiliar a prefeitura no que diz respeito a repasses e crédito imobiliário. “Esse projeto já está pronto e em dezembro começaremos a aplicar o modelo-piloto em alguns municípios”, informou Urbano.

O papel dos municípios também mudou. Hoje, não são mais apenas observadores, têm um papel mais ativo e de responsabilidade pelas famílias e proprietários dos investimentos, concluiu o Vice-presidente da Caixa.



Cohabs se tornam parceiras de sucesso nos programas habitacionais

Presentes em quase todos os estados brasileiros, as companhias habitacionais mantêm a credibilidade há mais de 40 anos

Com o reaquecimento da produção habitacional no Brasil para a população de baixa renda, as companhias de habitação de estados e municípios ganharam destaque e se tornaram um dos principais parceiros para o sucesso do Programa Minha Casa, Minha Vida. As companhias são responsáveis pelos projetos habitacionais em estados e municípios onde estão estruturadas, selecionando e indicando as famílias para os projetos da Caixa e de empresas privadas que operam este programa.

Muitas também desenvolvem e executam projetos sociais, prestam assessoria técnica aos muni-

cípios, atuam como intervenientes executoras nas obras do PAC, do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS Resoluções 460 e 518), além de apoiar as entidades habitacionais nos projetos do Fundo de Desenvolvimento Social.

Especialização e maior flexibilidade

Um dos principais motivos desse sucesso é o modelo institucional das companhias. Como órgãos da administração indireta, têm estru-

ras especializadas, mais enxutas e flexíveis, o que proporciona maior agilidade para elaborar projetos, contratar e fiscalizar obras.

As companhias não dependentes, ou seja, aquelas que não recebem recursos para custeio dos estados e municípios (são 10 em todo o Brasil) têm ainda mais flexibilidade e agilidade para contratar, pois não estão sujeitas a alguns procedimentos burocráticos impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela lei que regula a execução orçamentária dos órgãos públicos em geral.

Como empresas públicas, podem organizar empreendimentos habitacionais, adquirindo terra, promovendo o loteamento, licitando obras, vendendo as unidades habitacionais e, nos projetos específicos, cobrando prestações que alavancam novos investimentos, inclusive realimentando os recursos dos fundos de habitação.

A exemplo de como a Caixa opera e administra os recursos do FGTS, as companhias habitacionais podem ter uma atuação semelhante em relação aos fundos habitacionais dos estados e municípios, aliás, várias já exercem essas atribuições.



SOBRE AS COMPANHIAS DE HABITAÇÃO

Criadas, em sua maioria, na década de 70, segundo as normas do Sistema Financeiro da Habitação, que tinha no

BHN o seu financiador, as Cohabs ou Cehabs estão instituídas como empresas de economia mista ou autarquias nos principais estados brasileiros e também em grandes municípios dos estados de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro. Até 1990, essas companhias foram responsáveis pela produção de cerca de 2 milhões de moradias para a população de baixa renda.

Dentre as companhias filiadas à ABC, existem aquelas que apenas estão administrando as carteiras de imóveis construídos com recursos do BNH. Veja a relação das companhias que estão produzindo nos seus estados e municípios:

Estaduais: ADH/PI; Agehab/GO; Agehab/MS; CDHU/SP; Cehab/PE; Cehab/RJ; Cehap/PB; Codesaima/RR; Codhab/DF; Cohab/MG; Cohab/PA; Cohab/SC; Cohapar/PR; Suhab/AM.

Municipais: Cohab Campinas/SP; Emhab Campos dos Goytacazes/RJ; Cohab Curitiba/PR; Cohab Londrina/PR; Cohab Ribeirão Preto/SP; Cohab Santos/SP; Cohab São Paulo/SP; Demhab Porto Alegre/RS; Emha Campo Grande/MS.

PMCMV Sub 50 atenderá 220 mil famílias até 2014



PMCMV Sub 50 é realidade em Santa Catarina. A Cohab daquele estado, assim como a Cohab Minas Gerais, foram pioneiras na operação desta modalidade

Cohabs ganham destaque na execução do programa nos pequenos municípios

O Brasil possui 4.957 municípios com população menor do que 50 mil habitantes, que respondem por 40% do déficit habitacional.

Como medida complementar para enfrentar esse déficit, a Lei do PMCMV previu uma modalidade específica, o Sub 50, como se convencionou chamar. Nesta modalidade, outros agentes financeiros também podem acessar os recursos definidos por meio de oferta pública.

Desta forma, está assegurada a construção de 220 mil casas até 2014, para atender à população com renda familiar de até R\$ 1,6 mil. Desse total, 110 mil deverão estar contratadas até 29 de junho de 2012, sendo 11.404 na região Norte; 43.976, Nordeste; 29.304, Sudeste; 14.942, Sul, e 10.374, Centro-Oeste.

As casas, com área útil mínima de 36 m², são construídas em empreendimentos ou em lotes isolados, com infraestrutura completa.

Atuação das Cohabs

A oferta pública ocorrida no final de 2011 habilitou 17 agentes financeiros para operarem o programa, entre os quais cinco Cohabs: Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Paraíba e Santa Catarina. Essas companhias receberão R\$ 300 milhões do Governo Federal para a construção de 11.894 casas nos seus respectivos estados. As Cohabs Santa Catarina e Minas Gerais já haviam sido habilitadas e participaram do PMCMV 1. As demais se habilitaram em 2011.

O presidente da ABC, Mounir Chaowiche, afirma que a ampliação da participação direta das Cohabs contribuirá para o sucesso do programa. Ele acredita que a participação dessas companhias será ainda bem maior porque os agentes financeiros privados farão muitas parcerias com as Cohabs de todo o Brasil.

Para Maria do Carmo Avesani, Diretora da Secretaria Nacional de Habitação, "a parceria com as Cohabs é de suma importância na medida em que essas possuem um maior conhecimento dos municípios de sua área de atuação e também porque a inserção de novos agentes públicos proporciona a democratização do acesso à fonte de recursos federais locais".

COMO FUNCIONA O PROGRAMA

O Ministério das Cidades e o Banco Central habilitam os agentes financeiros, o Ministério das Cidades abre inscrição para municípios e estados apresentarem projetos e seleciona os aprovados. Cada prefeitura pode apresentar até duas propostas, com até 50 unidades habitacionais cada. Os estados, uma proposta para municípios com menos de 20 mil habitantes e duas para municípios entre 20 e 50 mil habitantes.

O Governo Federal repassa ao agente financeiro o valor de R\$ 25.000,00 para a construção da moradia. Os estados e os municípios são responsáveis pelo terreno, infraestrutura, trabalho social e complementação do valor da construção, caso necessário. O município seleciona as famílias. O agente financeiro é o responsável pela aprovação do projeto, pela construção, pela administração e o gerenciamento de toda a operação.

SAC CAIXA: 0800 726 0101

Informações, reclamações, sugestões e elogios

0800 726 2492 - Atendimento a pessoas com

deficiência auditiva ou de fala

0800 725 7474 - Ouvidoria



UM COMPROMISSO COM A QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS E A SUSTENTABILIDADE.



As cidades estão crescendo e, com elas, as demandas por habitação, saneamento, infraestrutura e mobilidade urbana. A CAIXA realiza a sua missão financiando para um maior número de brasileiros o acesso à moradia e às cidades mais sustentáveis. Com o Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, a CAIXA melhora a qualidade de vida das pessoas, financiando empreendimentos habitacionais com toda a infraestrutura. Se você é gestor público, dirigente de cooperativa habitacional ou empresário da construção civil e deseja participar deste programa em parceria com a CAIXA, acesse o www.caixa.gov.br e obtenha mais informações.

CNJ estuda padronizar normas de regularização fundiária

O CNJ realizou atividades em 2011 objetivando acelerar o processo de regularização fundiária em diversos estados, principalmente na Amazônia Legal

Em 2011, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) teve papel de destaque no processo de regularização de diversos municípios, através de negociações com prefeituras e juízes. A atuação é na forma de apoiar, orientar, mostrar caminhos e discutir novas soluções. Os principais trabalhos foram desenvolvidos através de intervenções em Marabá e Altamira, no Pará; São José do Rio Preto, em São Paulo; Teresópolis, Petrópolis e na cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro.

Neste contexto, os juízes Marcelo Martins Berthe e Antônio Carlos Alves Braga Júnior, coordenador e membro do Comitê Executivo do Fórum de Assuntos Fundiários, respectivamente, avaliam como positiva a atuação em 2011, desta-

cando ainda a estreita relação com a ABC e o FNSH DU, no debate do tema diretamente com municípios e estados brasileiros, sempre alinhado com o Governo Federal.

Continuidade do trabalho

O juiz Marcelo Berthe informou que em 2012 serão intensificados os trabalhos objetivando padronizar as normas de regularização fundiária a serem seguidas por todos os cartórios brasileiros. Ele justifica que é necessário que todos os cartórios interpretem a lei da mesma maneira. “Os cartórios precisam emitir documentos com mais clareza nas informações, para que as pessoas compreendam e sintam segurança”.



Os juízes Marcelo Martins Berthe e Antônio Carlos Alves Braga Júnior, do Comitê do Fórum de Assuntos Fundiários do CNJ

Antônio Carlos Alves Braga Júnior, membro do Comitê, afirmou que a normatização reduzirá o número de ações geradas por conta dos documentos irregulares ainda emitidos. “Isso agiliza todo o processo e as pessoas sabem exatamente a situação do bem no momento em que visualizam o documento”.

“O registro de imóveis no Brasil acolhe e preserva uma infinidade de informações que vão desde a história da transferência de direitos sobre bem (vendas, partilhas,

A IMPORTÂNCIA DO CNJ E DO COMITÊ DE REGULARIZAÇÃO

O CNJ foi criado em dezembro de 2004 e instalado em junho de 2005 com atuação em todo o território nacional e visa, mediante ações de planejamento, à coordenação, ao controle administrativo e ao aperfeiçoamento do serviço público na prestação da justiça. É voltado à reformulação de quadros e meios no Judiciário, sobretudo no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual.

Através da Resolução n. 110, de 6 de abril de 2010, o CNJ constituiu o Comitê do Fórum de Assuntos Fundiários, que tem como atribuição o monitoramento das ações e a resolução de questões que tenham por objeto assuntos de natureza fundiária, conflituosas ou não, que “possam colocar em risco a segurança no campo e nas cidades ou exijam ações concretas para assegurar o acesso à moradia digna e à distribuição da propriedade rural” (artigo 1º da Resolução).

hipotecas, doações etc.), os titulares desses direitos, a localização e a descrição desses bens, além de informações cadastrais de municípios, estados, União etc. Quanto mais eficiência e celeridade tiver o serviço, mais compreensível e segura a informação será para o usuário comum”, afirmou Braga Júnior.

Avanços

Ainda sem prazo definido para a conclusão, em função da complexidade da matéria, a previsão é de que as novas regras entrem em funcionamento no prazo de um ano após a publicação pelo CNJ. “O cenário que estamos enfrentando é muito amplo, uma tarefa gigante. Estamos lidando com diferentes situações: quais os tipos de arquivos que poderão ser trabalhados nos

cartórios, como e quais tecnologias usar conjugando validade jurídica com menos burocracia. Um desafio que produzirá efeitos pelas próximas décadas”, destacou Berthe.

“Há 10 anos, a gente via o descaso do governo em relação à regularização. Hoje já temos mais instrumentos para promover a urbanização de forma adequada. A lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, gerou instrumentos que são bastante eficazes, principalmente no que se refere à demarcação administrativa, o que facilita a identificação e localização das unidades individualmente. Há muitos recursos nesta lei que favorecem a regularização urbana”, afirmou o juiz.

Para Braga Júnior, as perspectivas são positivas em relação à questão da regularização no Brasil. “Dentro de 20 a 30 anos, teremos

idades do futuro. O conceito da cidade, a ocupação e o conceito de espaços coletivos estão sendo revistos. Não devemos nos preocupar de que é tempo demais para a regularização, o importante é que estamos no caminho certo, desenvolvendo ações que trarão resultados a longo prazo”.

Berthe ainda destacou a parceria com a ABC como sendo fundamental no processo de regularização. “A ABC e o Fórum de Secretários já trabalham em conjunto com a gente e precisamos estar cada vez mais integrados, pois as companhias de habitação e os estados estão muito próximas aos problemas, trazendo questões que a gente não tinha pensado ainda, nos ajudando a desenvolver novos caminhos. O Judiciário não deve se fechar achando que pode fazer tudo sozinho”.



Programa Habitacional

O BANCO PAULISTA atua nos programas de Habitação de Interesse Social desde 2006, contribuindo com o Governo Federal no acesso a unidades habitacionais para a população de baixa renda.

- » **140.000 cidadãos** brasileiros beneficiados;
- » mais de **29.000 operações** efetivadas;
- » **17 estados** e **525 municípios** atendidos.



Recentemente foi habilitado para o Programa Minha Casa Minha Vida para municípios de até 50 mil habitantes.



Entre em contato conosco e cadastre seu município.

SFH: (11) 3299-2313 - SFH@bancopaulista.com.br



O presidente do FNSH DU, Carlos Marun, fala sobre a importância dos planos de habitação durante o encontro realizado no Rio de Janeiro, que contou com a participação de 23 estados

Estados e municípios elaboram planos habitacionais

Até o final de 2012, os estados e os municípios deverão ter os seus planos de habitação, que nortearão os investimentos nas cidades

O Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) prorrogou, até 31 de dezembro de 2012, o prazo para que os estados e os municípios com mais de 50 mil habitantes concluam os seus planos habitacionais. Já o prazo para os municípios com até 50 mil habitantes foi fixado em 30 de junho.

A ABC e FNSH DU pleitearam o novo prazo depois da reunião nacional sobre o tema, realizada no Rio de Janeiro em agosto, com a participação de 23 estados e do Ministério das Cidades.

No encontro, os representantes dos estados apresentaram os estágios

e os cronogramas de elaboração dos planos e destacaram algumas dificuldades para o cumprimento do prazo original (final de 2011), como a ausência de uma cultura de planejamento público no Brasil e, no caso da habitação, devido a décadas de falta de recursos para o setor, bem como ao fato de o mercado possuir poucas empresas de consultoria tecnicamente preparadas.

Instrumento de planejamento

Na exposição apresentada na reunião do Conselho Gestor do FNHIS, o Secretário Executivo da ABC e do FNSH DU, Nelson Szwec, sustentou que os planos habitacionais consti-

tuem o melhor instrumento de planejamento de estados e municípios para a produção de moradia digna, com sustentabilidade e que a prorrogação do prazo se fazia necessária porque os agentes públicos estão sensibilizados para a importância de conclusão dos seus planos e estão fazendo esse trabalho com ampla participação popular.

Planos locais

Outra importante ação da ABC e do FNSH DU para contribuir na elaboração dos planos de habitação foi o evento promovido em Brasília, em outubro, com a participação de técnicos de 22 estados.

Tratou-se de um treinamento organizado pelo Ministério das Cidades que capacitou representantes estaduais para apoiar os municípios de até 50 mil habitantes na elaboração dos seus planos locais de habitação simplificados.

A importância dos planos de habitação

De 1968 a 1986, o setor habitacional recebeu grande volume de recursos. Daquele período até 2010, investiu-se muito pouco e, sem perspectiva de produção, o setor também perdeu a sua capacidade de planejar.

Nos últimos dois anos, com o PMCMV, esse cenário está passando por uma mudança muito rápida, com a disponibilização de grande volume de recursos. Sem

o planejamento, corre-se o risco de inflacionar o mercado de terras e até de construir moradias em locais inadequados que pode comprometer o desenvolvimento urbano das cidades.

Na elaboração dos planos, os estados e os municípios vão identificar o déficit habitacional (tanto quantitativo quanto qualitativo), o acesso aos serviços públicos, a situação de regularidade urbana e jurídica, dentre outros aspectos. E vão identificar e propor os meios para enfrentar os problemas, como a definição das áreas próprias para construção de novas moradias, os demais investimentos necessários (escolas, postos de saúde, avenidas etc.), as fontes de financiamento, estruturando-se os fundos e os conselhos de habitação, nos moldes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.



Junia Santa Rosa, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica da Secretaria Nacional de Habitação



Presidente da ABC, Mounir Chaowiche, durante evento que discutiu a elaboração dos planos habitacionais

COHAPAR

Companhia de Habitação do Paraná



MORADIAS DIGNAS PARA MILHARES DE FAMÍLIAS NA CIDADE E NO CAMPO



Moradia Digna no Campo e na Cidade.

Gueitiro Matsuo Genso

Diretor de Empréstimos e Financiamentos do Banco do Brasil



Banco do Brasil pretende financiar 412 mil moradias no PMCMV

O BANCO DO BRASIL PRETENDE DESENVOLVER EXPERTISE IMOBILIÁRIO E REAFIRMA SEU POSICIONAMENTO COMO PARCEIRO DO GOVERNO FEDERAL NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO POPULAR.

A partir de 2012, o Banco do Brasil passará a atender à população com renda familiar de até R\$ 1.600,00. Para tanto, promoveu uma estruturação operacional que contou com a participação de diversas áreas internas da instituição, desenvolveu novos fluxos negociais e operacionais para as modalidades Faixas 1, 2 e 3 do Plano Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e Grupos 1, 2 e 3 do Plano Nacional de Habitação Rural (PNHR); definiu as metas a serem atingidas e encontra-se em fase de implementação os produtos e serviços para cada público-alvo do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Gueitiro Matsuo Genso, Diretor de Empréstimos e Financiamentos, responsável pela atuação do BB no PMCMV, fala aos leitores da Revista Brasileira da Habitação como será a participação da instituição no programa.

Revista Brasileira da Habitação – Como será a participação do Banco do Brasil no Minha Casa, Minha Vida 2?

Gueitiro Matsuo Genso – Na primeira fase do programa (de 2009 a 2011), o Banco iniciou sua atuação exclusivamente nas faixas de renda entre 3 e 10 salários mínimos do PNHU.

Nesse contexto, o Banco vem atuando tanto com pessoas jurídicas (construtoras e incorporadoras), por meio da disponibilização de linhas de crédito destinadas à produção, como com pessoas físicas, por meio das linhas de financiamento de imóveis prontos e na planta.

A partir de janeiro de 2012, o Banco terá a sua participação ampliada no programa, passando a atuar, também, na faixa de renda de até R\$ 1.600,00 (atual Faixa 1 – antiga até 3 salários mínimos do PNHU) e no PNHR, programa voltado para as habitações rurais. Assim, o BB assume um papel importante no PMCMV, reafirmando seu posicionamento como parceiro do Governo Federal na implementação de políticas públicas de habitação popular.

RBH – Por que o Banco está entrando nesta linha de financiamento?

GMG – Por um chamado do Governo Federal, o Banco atuará como mandatário do FAR, ampliando sua atuação e viabilizando o atendimento das demandas para cidadãos com renda de até R\$ 1.600,00 e para habitações rurais.

O desenvolvimento das novas soluções abre oportunidade de rentabilização com a cadeia produtiva da construção civil, além de permitir a expansão de negócios com o poder público, uma vez que as iniciativas geram negócios com clientes estratégicos para o Banco (poder público, construtoras/incorporadoras, órgãos de classe e pessoas físicas, além de demais agentes), além de fornecedores e prestadores de serviço do segmento.

RBH – Já existe uma expectativa em termos de metas em relação ao programa?

GMG – O programa compreende os seguintes subprogramas:

- **PNHU** – Programa Nacional de Habitação Urbana – atende famílias com renda bruta mensal de até R\$ 5.000,00;
- **PNHR** – Programa Nacional de Habitação Rural – atende famílias com renda bruta anual de até R\$ 60.000,00;

- **PHPE** – Programa Habitacional Popular Entidades – atende a beneficiários de baixa renda nas áreas urbanas, organizados de forma associativa por uma Entidade Organizadora – EO (associações, cooperativas, sindicatos e outros). No entanto, o BB não atuará neste subprograma.

RBH – Acredita que a economia sofre impactos com este programa? Quais?

GMG – O programa é um dos pilares do desenvolvimento econômico do Brasil, principalmente pelo fato de incentivar a indústria da construção civil, que passa desde a areia, cimento, ferro, mão de obra, transportes até a comercialização.

Os incentivos na construção civil ativam diversos setores da economia, cria empregos, viabiliza que

DISTRIBUIÇÃO, POR MODALIDADE, DA META DO PMCMV PARA O BANCO DO BRASIL

MODALIDADES	META FÍSICA (UH) – BB			
	2012	2013	2014	Total
PNHU	125.590	162.390	111.560	399.540
PNHR	2.380	4.200	5.880	12.460
TOTAL	127.966	166.590	117.440	412.000

as empresas aumentem sua capacidade de produção para atender ao mercado em expansão e para isso investem mais por meio de recursos próprios, aumento de capital ou de financiamentos, com investimentos inclusive na prestação de serviços: supermercado, restaurantes, escolas etc.

RBH – O Banco do Brasil é reconhecido pelo apoio à agricultura. Pretende tornar-se referên-

cia também no financiamento habitacional?

GMG – Sim, a principal finalidade do PMCMV é a redução do déficit habitacional brasileiro. Para o Banco, representa a oportunidade de desenvolver expertise no crédito imobiliário com o aproveitamento das sinergias entre as diversas linhas de crédito e oferecendo soluções completas ao setor, além de incrementar a participação de mercado do BB no segmento imobiliário.



EXPERIÊNCIA É A NOSSA principal ferramenta

Com sólida experiência em obras públicas e privadas e quase 30 anos de atuação, a YAPÓ possui equipe técnica especializada no crescente mercado de moradia para a população de baixa renda.

Da implantação de grandes loteamentos à execução de obras de saneamento, da terraplenagem à pavimentação, a YAPÓ é a empresa ideal para a construção de residências em larga escala. Antes de executar o seu projeto, entre em contato e conte com a nossa experiência.

PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA • CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS
CENTROS ESPORTIVOS • HOSPITAIS • ESCOLAS • CRECHES • HOTÉIS



Rua Jóquei Clube – 223, Prado Velho, CEP 80215-220, Curitiba/PR

Tel.: (41) 3334.1652 • yapo@construtorayapo.com.br • www.construtorayapo.com.br

Minha Casa, Minha Vida do Amazonas: o maior do Brasil

Com 8.895 unidades habitacionais, o novo conjunto está sendo construído na Av. Torquato Tapajós, AM 010, Km 18, Lago Azul, Santa Etelvina, e vai beneficiar mais de 40 mil pessoas diretamente. A primeira etapa do conjunto tem previsão de entrega para o primeiro semestre de 2012, serão mais de 3.511 unidades habitacionais, entre apartamentos e casas.

O projeto é o maior do Brasil destinado a famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos, construído pela Direcional Construtora com recursos do governo do estado e Caixa Econômica Federal, irá contribuir diretamente com a redução no déficit habitacional do estado.

A seleção das famílias será feita pela Superintendência Estadual de Habitação (Suhab). Nesta primeira etapa serão contempladas famílias já cadastradas na Suhab, que conta atualmente com um banco de dados de 18 mil pessoas inscritas. O novo conjunto, com 1.695.608,76 metros quadrados, é também o maior do país em tamanho de área concentrada.

A construção da segunda etapa, com 5.384 unidades habitacionais, sendo 648 casas e 4.736 apartamentos, também destinados a famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos, já foi iniciada. As unidades devem ser entregues em 24 meses.

As unidades habitacionais possuem dois quartos, sala, cozinha, banheiro, área de serviço e 10% do conjunto foi adaptado a portadores de necessidades especiais. O conjunto também dispõe de espaços comunitários destinados à construção de escolas, unidades de saúde, delegacia e área de lazer.

“Estamos no processo de seleção das famílias que serão beneficiadas, sabemos da necessidade das pessoas que nos procuram diariamente em busca de moradia digna. Nosso objetivo é abrir novos cadastros no segundo semestre de 2012, quando já teremos entregue a primeira etapa do conjunto e as unidades da segunda etapa estarão em estágio avançado”, diz Sidney de Paula, Diretor-Presidente da Suhab.

Moradia digna ao povo interior do Amazonas

O governo do Amazonas também firmou convênios com a Caixa Econômica Federal para construção de unidades habitacionais nos municípios de Barcelos, Iranduba, Jutai, Presidente Figueiredo e Urucurituba, que totalizam mais de 4 mil unidades. Além disso, também pretende investir em habitação nos municípios de pequeno porte do interior do estado, através do Programa Minha Casa, Minha Vida Sub 50.

8.895 famílias com renda de até três salários terão uma nova vida



Programa Minha Casa, Minha Vida no Amazonas é o maior do país



Localizado na zona norte de Manaus, o conjunto Oziás Monteiro terá 992 unidades habitacionais

Apartamentos populares financiados ao funcionário público em Manaus

O conjunto habitacional Oziás Monteiro, localizado na zona norte de Manaus, com previsão de entrega em janeiro de 2012. Serão 800 apartamentos na primeira etapa e a construção da segunda etapa do conjunto já está em execução, com previsão de entrega para o segundo semestre de 2012, com mais 192 unidades habitacionais.

Os apartamentos serão financiados para os funcionários públicos do estado do Amazonas que não possuem imóvel e que têm famílias constituídas. Os imóveis poderão ser financiados em até 20 anos com desconto em folha de pagamento.

Cada torre é composta por 16 apartamentos, cada um com dois quartos, sala, cozinha, varanda, banheiro e área de serviço. O empreendimento foi construído pela Direcional Engenharia.

Para ter direito a uma unidade, o funcionário precisa ter margem sa-

larial para o financiamento, os imóveis são destinados aos servidores com renda de até três mil reais.

A seleção dos beneficiados foi iniciada em agosto através de uma lista encaminhada por diversas secretarias estaduais à Superintendência Estadual de Habitação. Muitos funcionários já tinham inscrição na Suhab, como afirma a Diretora de Serviço Social, Cheila Bortoleto. “Há seis anos, quando entregamos o primeiro conjunto financiado a funcionários do estado, Nova Cidade, algumas pessoas ficaram de fora por diversos motivos, falta de margem para financiamento, não serem casados ou não possuir união estável e filhos, e não puderam ser beneficiadas; estas pessoas foram as primeiras a serem avaliadas”.

O conjunto também faz parte da política habitacional do Amazonas, que nos últimos anos entregou mais de 30 mil moradias à população de baixa renda em todo o estado.

“Atender ao funcionário público também é prioridade do governador Omar Aziz, que sempre se preocupou com o bem-estar dos servidores estaduais. Este conjunto de apartamentos é um sonho realizado não só para os futuros moradores, mas para a Suhab e para o governador, que foi o idealizador do projeto”, explica Sidney de Paula, Diretor-Presidente da Suhab.

Conjunto Oziás Monteiro beneficia funcionários públicos do Amazonas



Cohapar prioriza projetos de sustentabilidade



A Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar) alia os conceitos de sustentabilidade e resgate social em seus projetos, visando aos benefícios a curto e longo prazo. É um trabalho que une as concepções urbana, construtiva, financeira e ambiental.

Com um projeto focado em melhorar a qualidade de vida da população e a preservação do meio ambiente, a Cohapar apostou em um programa ousado, o Morar Bem Paraná, que atenderá 100 mil famílias, de 2011 a 2014, abrangendo os 399 municípios do estado.

Graças à parceria com o Governo Federal, através do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal, por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida, e aos incentivos oferecidos pelo governo do estado, como isenção de ICMS na compra do material de construção, além da Copel e Sanepar arcando com os custos de instalação de redes de água e energia elétrica, a Cohapar tem desenvolvido projetos na maioria das cidades paranaenses, alcançando famílias que ganham até três salários mínimos.

A participação dos municípios também é essencial para que a habitação sustentável seja uma realidade no Paraná. A companhia não pensa

apenas na construção de moradias, mas almeja o atendimento dos anseios de toda a comunidade para assegurar um futuro melhor a todos.

A Cohapar e o governo do Paraná acreditam que a casa própria é o início do resgate social de uma família. A conquista da moradia deve vir acompanhada de infraestrutura, saúde, educação, transporte, itens necessários para uma vida digna.

Por contemplar todos os municípios, a política habitacional do governo do Paraná evita os fluxos migratórios para os grandes centros, que normalmente acarretam o inchaço e as condições sub-humanas de famílias que buscam uma vida nova e encontram apenas as dificuldades.

Os projetos contribuem para a integração urbana e possuem área verde, parques, ciclovias, áreas institucionais e lotes comerciais. Os projetos promovem a integração social entre as famílias de diferentes faixas de renda, colocando em prática o conceito de “moradias diversificadas”, contribuindo para a melhoria da paisagem urbana.

São construídas unidades térreas, isoladas, de vários tamanhos, sobrados e edifícios de apartamentos, utilizando em uma mesma área diversas linhas de financiamento.

Preocupação ambiental

A Cohapar realizou um levantamento de áreas de risco em todo o estado. As famílias serão retiradas destes locais e a natureza, recuperada. Ocupações irregulares serão evitadas com um trabalho de educação ambiental, utilização do espaço para esporte e lazer, construção de ciclovias, sempre pensando na mobilidade urbana.

Promover a sustentabilidade ambiental nestes locais garante benefícios não somente para a população atendida, mas promove a justiça social e a preservação da natureza para as futuras gerações.



Com parceria, Mato Grosso do Sul combate déficit habitacional

O Programa Minha Casa, Minha Vida Sub 50 é responsável pelo atendimento habitacional em metade dos municípios do estado

Do total de 78 municípios do Mato Grosso do Sul, 73 possuem menos de 50 mil habitantes. Diante dessa realidade, o PMCMV Sub 50, como se convencionou chamar essa modalidade, ganha extrema relevância no estado.

Para tanto, o governo do estado prioriza as parcerias com o Governo Federal, com as prefeituras e com os agentes financeiros privados que se habilitaram a operar o programa junto ao Banco Central e ao Ministério das Cidades.

Graças a essas parcerias, 39 municípios estão sendo atendidos, beneficiando 1.406 famílias com renda mensal de até R\$ 1,6 mil. Deste total, 600 moradias já foram entregues e outras 806 estão em construção com previsão de entrega para o primeiro semestre de 2012.

“Temos por filosofia de trabalho que as melhores soluções para a produção de habitação social passam pela participação conjunta dos três entes federativos. O resultado dessa parceria é que o programa habitacional de MS é exitoso e tem proporcionado qualidade de vida através de moradia digna à população”, destacou o Secretário de Habitação e Presidente do FNSH DU, Carlos Xavier Marun, ao falar sobre o sucesso das parcerias.

Contrapartida viabilizou primeira fase

Na primeira oferta pública, realizada em fins de 2009, o subsídio do Governo Federal foi de R\$ 12 mil para casas construídas em municípios com até 20 mil habitantes e R\$ 15 mil para cidades com até 50 mil.

O governo do estado participou com a contrapartida financeira necessária para os projetos, a construção das moradias e a implantação da infraestrutura. Os municípios ofereceram os lotes e/ou glebas, com arruamento e iluminação pública. O custo da construção das moradias de 35 m² foi de R\$ 17 mil.

Sem burocracia

Marun enfatiza que o MS defende o fortalecimento do MCMV Sub 50 por entender que é um programa flexível e desburocratizado, podendo ser operacionalizado por vários agentes financeiros públicos e privados.

“É a mais eficiente forma de acesso dos pequenos municípios aos recursos para a produção de habitações sociais, beneficiando a parcela mais carente da população. Além disso, o baixo custo permite a participação de pequenas construtoras e utilização mão de obra local, gerando emprego e renda no município onde a obra está sendo executada”, conclui o secretário.

Ainda segundo Marun, a previsão é que sejam contratadas mais de 3 mil moradias por meio desse programa, em 2012: “buscaremos viabilizar recursos que garantam às famílias de menor renda a moradia digna. Vamos continuar trabalhando em parceria com a União e com os municípios para combater o déficit habitacional, o que tem sido prioridade de governo em MS”.

Residencial Boa Vista,
em Chapadão do Sul





Mulheres se emocionam na entrega das chaves

Mulheres já são metade dos mutuários do Lares Geraes e parcerias

Famílias mineiras que têm mulheres como arrimo já somam mais da metade dos mutuários que adquiriram casa própria construída pela Cohab Minas para o Lares Geraes Habitação Popular, programa habitacional do governo de Minas, e programas federais parceiros, sobretudo o Minha Casa, Minha Vida (MCMV), o Programa de Habitação de Interesse Social (PSH) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

Um levantamento destinado à Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres do Estado de Minas Gerais (Cepam) mostrou que, entre meados de 2005 e agosto de 2011, do total de 23.339 casas construídas e entregues pela companhia, 11.459 foram financiadas para mulheres inscritas na condição de chefes de família. Esse número correspondia a 49,1% do total. Mas, incluídas as casas já concluídas e que aguardam o término das obras de infraestrutura pelos municípios,

e aquelas ainda em construção, de um total de 31.562 casas, 16.048 foram compradas por mulheres mediante financiamento.

Ou seja, mesmo sem contar 886 casas em obras, as mulheres começam o ano de 2012 com um contingente que já representa 50,8% dos mutuários da Cohab Minas. Os investimentos que beneficiam as mutuárias totalizam, aproximadamente, R\$ 394,5 milhões, sendo 71% oriundos do Fundo Estadual de Habitação, do governo de Minas; 17% de programas federais; e 12% dos municípios conveniados com a Cohab Minas.

O levantamento para a Cepam mostrou ainda que a proporção de mulheres beneficiadas é superior nas regiões menos favorecidas, como o norte de Minas (59,7%) e os vales Jequitinhonha e Mucuri (58,7%). Apenas as regiões central, sul de Minas e centro-oeste têm percentuais abaixo de 50%.

Prioridade

O programa habitacional do governo de Minas, executado pela COHAB – ressalta ainda o estudo –, cria para as mulheres a oportunidade de aquisição de casa própria em condições compatíveis com a sua capacidade de pagamento e diferenciadas das condições dos financiamentos imobiliários convencionais, que impedem o acesso das famílias menos favorecidas.

Além de a prestação do financiamento ser, quase sempre, inferior ao valor do aluguel praticado nos municípios, os subsídios proporcionados pelo programa habitacional do governo de Minas e seus parceiros cobrem, aproximadamente, a metade do custo real da moradia para mutuárias com renda mensal de um salário mínimo. Elas pagam apenas a outra metade, com financiamento em 20 anos, e, se pagarem a prestação em dia, ainda contam com direito a desconto do bônus de pontualidade de até 25% nos juros.

As famílias candidatas são pré-selecionadas por critérios socioeconômicos. A pontuação calculada por uma fórmula matemática é maior para as mulheres chefes de família, idosos, moradores de áreas de riscos e cadeirantes. O presidente da Cohab Minas, Octacílio Machado Júnior, avalia que “a companhia está no caminho certo da promoção do desenvolvimento social”.

Os critérios para pontuação valem não apenas no âmbito do Lares Geraes Habitação Popular, mas também das suas parcerias com o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) e o Minha Casa, Minha Vida. “De certa forma, essa constatação reforça os objetivos do Lares Geraes Habitação Popular e suas parcerias, que procuram atender a populações com mais restrições de acesso aos benefícios da casa própria”, diz a assessora de planejamento da companhia, Ângela Porto.

Testemunhais

O estudo aponta que quase 100% das mulheres que adquiriram a casa própria têm rendimento mensal de 1 salário mínimo. Destaca também que a maioria tem, no grupo familiar, mais de um dependente; e que 90% têm baixa escolaridade e não alcançam o 1º grau completo. Além disso, elas se beneficiam, expressivamente, das 176 casas construídas pela Cohab para cadeirantes ou dependentes nessa situação.

Em municípios das diversas macrorregiões de Minas Gerais, as mulheres atendidas pelo Lares Geraes e parceiros comprovam, em seus testemunhais, a satisfação com a prioridade que lhes foi reconhecida pelo governo de Minas.

Em Nova Ponte (Alto Paranaíba), município onde, de um total de 80 casas 66 foram adquiridas por mulheres, Liliane Cristina, 25 anos, solteira, 3 filhos, diz estar agradecida pelo governo ter feito um programa habitacional que “ajuda a mulher que não tem um marido para dividir as despesas da casa e a criar os filhos”.

Antes da casa própria, Liliane pagava R\$ 200 de aluguel e agora gasta R\$ 107 com a prestação da casa própria. Com a economia, vai

ATÉ O FINAL DE 2011,
DE UM TOTAL DE
31.562 CASAS, 16.048
FORAM COMPRADAS
POR MULHERES

melhorando a vida dos filhos Douglas (2 anos), Larissa (4) e João Victor (9). Até um sofá, móvel que não tinha antes, pode comprar.

Uany Aparecida da Silva, 29 anos, 3 filhos, divorciada e moradora do Conjunto Habitacional Jardim Primavera, em Elói Mendes (sul de Minas), também saiu do aluguel a R\$ 200 por mês para pagar uma prestação de R\$ 81,81. Com o dinheiro que sobra, ela compra remédios para o filho Rafael, que tem um problema de alergia, além de roupas, calçados e material escolar. Segundo ela, os filhos Wesley (9), Rafael (7) e Tayná (6) estão mais felizes na nova moradia. Para Uany, a casa própria foi uma ótima conquista em sua vida.

Conjunto habitacional na cidade de Itabirinha



Conjunto Habitacional Porto Novo muda a vida de mais de cinco mil pessoas

Mais de cinco mil pessoas serão beneficiadas com a transferência da Vila Dique para o loteamento construído pelo Departamento Municipal de Habitação (Demhab), de Porto Alegre/RS.

A Vila Dique existe há mais de 30 anos em área de alto risco, ao lado do Aeroporto Internacional Salgado Filho. Além dos ruídos, os moradores convivem com o constante perigo da queda de aviões. Fora isso, ainda está junto a um arroio, com esgoto correndo a céu aberto, acarretando o risco de doenças.

O reassentamento para o Conjunto Habitacional Porto Novo iniciou em 2009 e vai acontecendo à medida que as casas ficam prontas. Já são 548 famílias morando no loteamento, de um total de 1.476 que serão transferidas.

Houve enorme redução no número de doenças ocasionadas pela falta de saneamento básico, segundo pesquisa coordenada pelo Instituto Trata Brasil de São Paulo, em parceria com a Pastoral da Criança e a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária no Rio Grande do Sul (ABES/RS).

Em 2008, na primeira fase da pesquisa, 67% dos moradores relataram muitas doenças no bairro, como diarreia, leptospirose, verminose e infecções na pele. Em 2011, a ocorrência caiu para menos da metade, de 19% para 8%. As hospitalizações também diminuíram, passando de 83 para 23 casos.

Essa nova realidade é o reflexo das melhores condições de vida que os moradores do loteamento passaram a ter com o acesso a redes

de esgotos cloacal e pluvial, de abastecimento de água, pavimentação, energia elétrica, iluminação pública e estação de tratamento de esgotos.

“A pesquisa ainda evidencia os benefícios que a moradia digna proporciona ao cidadão, pois ter um lar com as condições de habitabilidade básicas melhora a autoestima”, ressalta o Diretor-geral do Demhab, Humberto Goulart.

Em 2008, 54% dos entrevistados deram nota oito e nove para o grau de satisfação de suas vidas. Esse número subiu para 78% em 2011, após passarem a morar no conjunto habitacional. E o número de moradores com carteira assinada passou de 33%, em 2008, para 50%, em 2011.

A transferência das famílias da Vila Dique não se limita à entrega das casas, o Departamento promove cursos gratuitos, como auxiliar administrativo, cozinheiro e informática básica, para que as pessoas tenham novas profissões. “Estamos oferecendo meios para que eles tenham novas perspectivas profissionais e, assim, consigam melhorar sua renda”, esclarece Goulart.

Vila Dique antes da intervenção, com esgoto correndo a céu aberto



Conjunto Habitacional Porto Novo, vida nova para 1.476 famílias



*Estamos
tratando
dignamente
da natureza.*

E do homem.



EM CUBATÃO, MAIS DE 8 MIL PESSOAS JÁ ESTÃO FORA DAS ÁREAS DE RISCO E MILHARES DE METROS QUADRADOS DE MATA SERÃO RECUPERADOS.

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Habitação, da CDHU e da Secretaria do Meio Ambiente, com apoio do Governo Federal e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) está colocando homem e natureza em seus devidos lugares. É o Programa Serra do Mar. Com investimentos da ordem de 1 bilhão de reais, o programa está promovendo a construção de 5.379 moradias com infraestrutura completa em bairros planejados para receber as famílias transferidas das áreas de risco em Cubatão. Milhares de pessoas deixaram para trás os locais com perigo de acidentes ambientais e mudaram para o conforto e a segurança de novas casas e apartamentos, de 2 ou 3 dormitórios, especialmente projetados pela CDHU.



PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA SERRA DO MAR

Outras famílias, também já retiradas das áreas de risco, recebem auxílio-moradia do Governo do Estado até que novas imóveis fiquem prontos. Os 9.852 moradores que vivem em áreas seguras na serra também serão beneficiados com obras de urbanização e terão luz, água encanada, ruas e transporte. Além das 31.000 pessoas que estão sendo atendidas em Cubatão, pelo menos outras 6.800 que vivem em municípios da Serra do Mar serão transferidas para novas moradias. Com isso, a mata vai ser reflorestada, a água dos mananciais recuperada e milhares de espécies, incluindo o homem, estão conquistando o direito a uma moradia digna.

PARCEIROS:



SECRETARIA DE ESTADO
DA HABITAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO
DO MEIO AMBIENTE





FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE
HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

www.forumdehabitacao.blogspot.com



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COHABS
E AGENTES PÚBLICOS DE HABITAÇÃO

www.abconline.org.br